



Construtoras explicarão atraso em transposição

A comissão especial que acompanha as obras no Rio São Francisco receberá na terça-feira, em audiência, representantes

de 12 empreiteiras contratadas. Fim das obras está previsto para 2015, ultrapassando em três anos o cronograma inicial. **3**



João Zimador/Unicamp

Obras de transposição em Piranhas (AL): projeto inclui a construção de 700 quilômetros de canais e de adutoras

Prioridades em votações mobilizam bancadas

Líderes do PMDB e do PT defendem soberania do Congresso para definir pauta. PSB quer votar o Orçamento primeiro, e PSDB, os vetos presidenciais

Os líderes do PMDB e do PT no Senado, Eunício Oliveira e Wellington Dias, defenderam ontem a soberania do Legislativo para definir prioridades de votação. Eles reagem contra decisão liminar do ministro Luiz Fux, do STF, tomada em dezembro, determinando que o Congresso examine

mais de 3 mil vetos presidenciais em ordem cronológica. Os líderes do PSDB, Aloysio Nunes, e do PSB, Rodrigo Rollemberg, divergiram sobre o que votar primeiro. Aloysio quer os vetos. Rollemberg, o Orçamento. O Congresso tem sessão marcada para terça-feira para votar a proposta orçamentária. **2**

Proposta garante direito à suspensão de serviços **3**

Senadores veem renúncia de Bento XVI como ato de humildade

Ana Amélia e Suplicy fizeram elogios à coragem e à abnegação do papa, e Paim destacou a Campanha da Fraternidade sobre a juventude. **3**

Bento XVI cumprimenta fiéis na visita que fez em 2007 à Basílica de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo



Volter Campanato/ABR

Projeto dá benefício fiscal a empresa que contratar pessoas com deficiência

Proposta em análise na Comissão de Direitos Humanos prevê redução no Imposto de Renda. **4**

Parlamentares criticam ideia de impeachment do procurador-geral **4**

Onde posso encontrar as leis do Brasil?

Fique sabendo

- 1 Acesse o QR Code acima ou www.lexml.gov.br
- 2 No campo de busca, digite a palavra-chave ou o número da lei e clique em **Encontrar**



Portal LexML é Senado Transparente

O Portal LexML é uma página de pesquisa criada pelo Senado que concentra a legislação federal. O portal também oferece buscas sobre temas específicos como jurisprudência (decisões judiciais sobre determinado assunto), projetos de lei em tramitação e doutrina (obras publicadas, como livros e artigos em revistas científicas).





Eunício critica ordem cronológica obrigatória em votações

Wellington: PEC pode ser opção a impasse com STF

PMDB e PT defendem soberania do Congresso

Líderes das bancadas no Senado, o peemedebista Eunício Oliveira e o petista Wellington Dias afirmam que o Legislativo deve definir a pauta de votações sem interferência de outros Poderes

A CÂMARA DOS Deputados e o Senado são soberanos para definir as matérias que serão colocadas em votação em seus Plenários, mesmo sem obedecer a ordem de chegada das proposições e podendo dar prioridade àquelas consideradas urgentes. A avaliação é dos líderes do PMDB e do PT no Senado, Eunício Oliveira (CE) e Wellington Dias (PI).

Os dois senadores esperam que o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) acolha recurso apresentado pelo Senado contra decisão liminar do ministro Luiz Fux determinando que o Congresso siga a ordem cronológica na análise de vetos presidenciais.

Ao classificar a decisão como absurda, Eunício lembra que nenhuma corte segue a ordem cronológica no exame de processos.

— Nem o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça ou mesmo o Supremo têm condição de julgar os processos na ordem de chegada — disse.

No mesmo sentido, Wellington reafirmou a convicção quanto à soberania de todos os Parlamentos na definição de matérias que entrarão em pauta.

Segundo o petista, Câmara e Senado poderão aprovar proposta de emenda à Constituição para explicitar a possibilidade de alteração

da ordem cronológica também na apreciação de vetos. Na avaliação de Eunício, essa seria uma opção para o caso de o STF não acolher o recurso do Senado.

Os dois líderes também concordam que a proposta de Lei Orçamentária de 2013 pode ser votada na próxima semana e que essa votação independe de entendimento sobre a análise de vetos presidenciais.

Na semana passada, o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, anunciou a convocação de uma sessão conjunta do Legislativo para a próxima terça-feira, quando o Orçamento poderá ser votado.

PSDB quer votar Orçamento somente depois dos vetos

A proposta de Lei Orçamentária de 2013 (PLN 24/12) só pode ser votada depois de analisados todos os vetos presidenciais que aguardam exame do Congresso, na opinião do líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP).

O senador lembrou que o artigo 16 da Constituição determina que um veto presidencial não analisado 30 dias após chegar ao Legislativo deve trancar a pauta de votações do Congresso.

— A Constituição é claríssima e tem sido desrespeitada ao longo dos anos — disse Aloysio, referindo-se aos mais de 3 mil vetos não votados.

O senador afirma que, por essa regra, o Orçamento da União não poderia ter sido aprovado em anos anteriores.

— Essa questão foi colocada debaixo do tapete, porque o governo tem medo que seus vetos sejam derrubados e, por precaução, não os coloca em votação. E a oposição

tampouco levantou a questão constitucional, que foi suscitada agora a propósito da apreciação do veto à Lei dos Royalties — disse.

Segundo Aloysio, sem a votação dos vetos, o PSDB se posicionará contra a votação do Orçamento na próxima semana, em sessão do Congresso anunciada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Sobre condições práticas para o Congresso votar os mais de 3 mil vetos, ele disse acreditar que 95% deles seriam votados sem debates. Entre os 5% restantes, ele vê “questões delicadas”, cuja sustentação depende de trabalho da base de apoio ao governo.

— Fala-se do Código Florestal, do fator previdenciário, da questão dos royalties e da correta aplicação da Emenda 29, que trata do orçamento da saúde. Para essas questões, temos que “pegar o touro a unha” e enfrentar. Não há como fugir — disse Aloysio.

PSD indica Sérgio Petecão como líder

O PSD informou, durante a sessão plenária de ontem, a indicação de Sérgio Petecão (AC) como líder da bancada no Senado. Kátia Abreu (TO)

foi confirmada como vice-líder do partido. A comunicação foi lida pelo primeiro-secretário da Mesa, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Para PSB, lei orçamentária deve ser analisada primeiro

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) destacou ontem a responsabilidade do Senado de votar uma agenda legislativa de interesse nacional. A prioridade, segundo ele, é a aprovação, já na próxima semana, do Orçamento da União para 2013. Depois disso, viriam temas como os vetos presidenciais à Lei dos Royalties, que, em sua avaliação, devem ser analisados com tranquilidade.

O líder do PSB afirmou no Plenário ser importante aprovar as novas regras do Fundo de Participação dos Estados

(FPE) e a uniformização das alíquotas do ICMS, bem como tratar da desoneração da cesta básica.

O parlamentar mencionou a reforma do Código Penal e a atualização do Código do Consumidor, em especial nas partes da proteção contra superendividamento e do comércio eletrônico.

Rollemberg apoiou medidas de desoneração tributária, como as aplicadas à tarifa de energia, e de redução dos juros bancários, mas frisou que ainda falta reforçar a produção.



Líder do PSB, Rollemberg destaca papel do Senado para agenda do país

— Muita coisa já foi feita, mas nossa economia ainda não tem competitividade adequada, nossos índices de produtividade são baixos, o que obriga a enfrentar uma revisão da educação, hoje grande empecilho à produtividade.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão plenária é não deliberativa e destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, segundo prioridade estabelecido pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Comissão especial discutirá com representantes de 12 construtoras o cumprimento do cronograma que agora prevê o fim da transposição de águas em 2015, três anos depois do prazo fixado inicialmente

Empresas explicarão atraso nas obras no São Francisco

A COMISSÃO ESPECIAL externa que acompanha as obras da transposição de águas do Rio São Francisco receberá na terça-feira, em audiência pública, representantes de 12 empreiteiras contratadas para realizar os serviços. Na reunião, a partir das 15h, os senadores devem indagar os convidados sobre os motivos do atraso das obras, agora com fim previsto para 2015, ultrapassando em três anos o prazo fixado no cronograma inicial.

O novo prazo foi confirmado pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, durante audiência que a comissão realizou em novembro passado. No mesmo dia, técnicos do Tribunal de Contas da

União (TCU) alertaram que essa meta pode ser alcançada, mas depende de melhoria na gestão dos contratos por parte do ministério e de reforço na supervisão das obras.

A comissão especial foi criada em novembro, pouco depois da divulgação de relatório do TCU apontando problemas. Até então, apenas 43% das obras haviam sido concluídas. Dos nove lotes, quatro se encontravam paralisados. Nesses, as empresas alegaram impossibilidade de cumprir os contratos porque os custos ultrapassaram os valores previstos.

O relator da comissão especial, Humberto Costa (PT-PE), deve apontar no documento

final soluções que permitam acelerar o cronograma. Vital do Rêgo (PMDB-PB) preside o colegiado que, em março, deve vistoriar trechos das obras.

A integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste visa levar água a municípios de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto inclui a construção de 700 quilômetros de canais e de adutoras. Está orçado atualmente em R\$ 8,2 bilhões, ante um custo inicial estimado em R\$ 4,8 bilhões.

O projeto foi iniciado em 2007, durante o governo Lula, e consta da lista de prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Em 2007, Bento XVI celebrou missa na Basílica de Nossa Senhora Aparecida (SP)

Ana Amélia considera renúncia do papa Bento XVI ato de abnegação

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem, em discurso no Plenário, que a renúncia do papa Bento XVI, anunciada no início da semana, deve gerar uma reflexão também na política.

A senadora citou artigo de Ives Gandra Martins, publicado pela *Folha de S.Paulo*, em que o jurista católico diz que o gesto do papa mostra que, ao contrário do poder humano, o poder da Igreja é só de servir, pois impõe a disponibilidade total para quem ocupa o cargo de liderança eclesial.

— Bento XVI deu essa demonstração: de que é desapegado do poder. Foi um gesto de humildade e de absoluta

abnegação — afirmou Ana Amélia.

A senadora também relatou ter visto em redes sociais uma analogia à renúncia de Bento XVI com a passagem bíblica em que Moisés passou a liderança do povo judeu para Josué — na missão da entrada em Canaã. Moisés liderou o povo, mas não entrou na terra prometida, tarefa que foi cumprida por Josué.

Na visão de Ana Amélia, a Igreja Católica está diante de grandes dilemas e deve enfrentar o desafio de contrapor os valores do consumismo e do hedonismo aos valores humanos, à tolerância, à fraternidade e ao respeito ao próximo.

João Zinador/Unicamp

Obras para transposição: nos lotes paralisados, empresas alegaram que os custos ultrapassaram o previsto



Texto permite pedido de suspensão temporária de serviço

O consumidor poderá passar a ter o direito de solicitar a interrupção do fornecimento de serviços de prestação continuada ou contratados por tempo definido uma vez a cada semestre, gratuitamente. É o que estabelece o PLS 24/13, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O projeto afeta serviços como TV por assinatura, telefone, luz, água e academia de ginástica. O fornecedor ficará obrigado a suspender o serviço de

prestação continuada por no mínimo 7 e no máximo 120 dias. O fornecedor de serviço contratado por período de tempo definido deverá fazer o mesmo por no mínimo de 15 e no máximo 30 dias.

Nos dois casos, o consumidor deverá estar com os pagamentos em dia. O fornecedor deverá atender ao pedido de suspensão ou de restabelecimento dos



Waldemir Barreto/Agênciário Senado

serviços em 24 horas.

De acordo com a senadora, o objetivo é beneficiar o consumidor, por exemplo, durante as férias. Em nenhum caso, o fornecedor poderá cobrar pela suspensão ou pelo restabelecimento do serviço.

O projeto está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Governo indica novo embaixador na Argentina

As relações do Brasil com a Argentina, principal parceiro do país no Mercosul, estarão em pauta logo na volta das comissões ao trabalho. A mensagem presidencial de indicação do



Célio Azavedo/Agênciário Senado

novo embaixador brasileiro em Buenos Aires, Everton Vieira Vargas, já está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em 2011, as transações comerciais entre os dois países alcançaram a marca histórica de US\$ 39,6 bilhões. Com a crise internacional, o resultado

caiu para US\$ 31,5 bilhões nos primeiros 11 meses de 2012.

Segundo o governo, o valor das vendas brasileiras à Argentina, de janeiro a novembro de 2012, caiu 20,5% em relação ao mesmo período de 2011. O país vizinho exerceu controle de importações para obter superávit comercial capaz de ajudar a atender a compromissos da dívida externa e a necessidade de importação de energia.

Paim destaca Campanha da Fraternidade 2013

A Campanha da Fraternidade de 2013, com o tema “Fraternidade e juventude”, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi destacada por Paulo Paim (PT-RS).

— Esse tema vem em um momento adequado, pois neste ano vamos aprovar o Estatuto da Juventude — afirmou o senador, relator na Comissão de Assuntos Sociais do projeto que estabelece diretrizes de políticas para pessoas de 15 a 29 anos (PLC 98/11).

Paim também registrou a criação do Parque Canoas de Inovação (PCI), em Canoas (RS), que terá um programa de atração de empresas. Segundo ele, no parque, “o verde vai conviver com o desenvolvimento de pesquisas, com mão de obra qualificada e foco no desenvolvimento sustentável”.

O senador ainda defendeu o PLC 130/11, que impõe multa a empresas que discriminem mulheres oferecendo a elas remuneração menor que aos homens pelo mesmo trabalho.



Pedro França/Agênciário Senado

Eduardo Suplicy vê decisão como gesto de humildade

Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou a decisão do papa Bento XVI de renunciar, anunciada segunda-feira, um ato de “humildade, coragem e transparência”. O senador disse esperar do novo líder da Igreja Católica “uma contribuição notável para a verdadeira paz no mundo”.

— Para isso, é preciso que os instrumentos de política econômica e social e de entendimento entre as nações venham, efetivamente, colaborar para a realização de efetiva paz — afirmou.

Novo partido

Suplicy informou ter sido convidado a participar de reunião para eventual criação de um partido liderado pela ex-senadora Marina Silva. Acrescentou que foi procurado por lideranças do PT, às quais garantiu que permanece na legenda.

— Vejo meu ingresso no PT como uma decisão de vida. Ademais também defendo a fidelidade partidária até o final de meu mandato — disse.



Pedro França/Agênciário Senado

Proposta que baixa em 2% alíquota do imposto cobrado de empresário que destine ao menos 10% das vagas a pessoas com deficiência está pronta para ser votada pela Comissão de Direitos Humanos

Projeto reduz IR de empresa que contrata deficientes

A LEGISLAÇÃO DO Imposto de Renda (IR) poderá ser alterada para incentivar a contratação de trabalhadores com deficiência. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) está pronta para votar o substitutivo ao projeto PLS 391/12, do senador Mário Couto (PSDB-PA), que reduz a alíquota do IR para as empresas que destinarem ao menos 10% das vagas a pessoas

com deficiência — quem aplicar essa porcentagem mínima terá a alíquota do IR reduzida em 2%.

Couto explica que o projeto facilita o cumprimento da reserva legal de cargos estabelecida pela Lei 8.213/91, que obriga as empresas com pelo menos cem empregados a preencher de 2% a 5% das vagas com profissionais reabilitados ou com deficiência. Cabe ao Ministério do Trabalho fiscalizar o cumprimento.

— As empresas enfrentam dificuldades quase intransponíveis para seguir tal comando, ao passo que, caso a exigência legal fosse transformada em incentivos fiscais, o efeito de integração social seria obtido

sem dar lugar aos diversos problemas que as empresas têm de enfrentar para cumprir as exigências da Lei de Cotas — afirmou Mário Couto.

O relator do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), também reconheceu as dificuldades enfrentadas para a contratação de empregados com deficiência. Ele considera mais produtivo criar incentivos econômicos do que simplesmente punir as empresas que não sigam a política de cotas — a intenção é fazer o empresário ver a contratação desses profissionais como algo lucrativo.

Depois da CDH, o PLS 391/12 será votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos.



Aloysio critica movimentações que propõem impeachment de Roberto Gurgel

Destituir procurador-geral seria desatino, diz Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem, em Plenário, duvidar que a presidente Dilma Rousseff seja capaz de propor a renúncia do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O senador criticou qualquer movimento pelo impeachment do procurador.

— Não há nada na atuação dele que mereça qualquer tipo de censura política do Senado. Duvido que a presidente Dilma tome a iniciativa de propor a destituição. Ela é uma mulher de bom senso e não seria capaz de tamanho desatino, de tamanha loucura — afirmou.

Semana passada, Fernando Collor (PTB-AL) acusou Gurgel de “chantagem, improbidade e praticante de ilícitos administrativos e de crime de responsabilidade”. De acordo com Collor, autor de representações contra Gurgel na Mesa do Senado, o chefe do Ministério Público trabalha contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/11, que limita a competência para a investigação criminal às Polícias Federal e civis, excluindo o Ministério Público.

Aloysio lembrou que o

Ministério Público tem funções institucionais indispensáveis à vida democrática e, se existiu algum fato que desabone a conduta de Gurgel, ele deve ser submetido às leis e às instâncias competentes.

Em aparte, Pedro Taques (PDT-MT) concordou e disse ter certeza de que a presidente não vai patrocinar “um descalabro desse”. Ele lembrou que na República todos devem obediência à Constituição.

No mesmo discurso, Aloysio criticou a atuação do governo nas áreas econômica e social. Ele questionou a afirmação da presidente de que poria fim à pobreza extrema no Brasil até março de 2013. Ao dizer que o PT precisaria fazer uma penitência por conta dos erros cometidos, principalmente no que diz respeito ao mensalão, Aloysio foi contestado por Anibal Diniz (PT-AC).

— Concordo que devemos admitir falhas, mas o PSDB tem muita culpa pela diminuição do Parlamento, principalmente pela compra da emenda da reeleição no governo Fernando Henrique e pelo mensalão mineiro — argumentou Anibal.



Projeto Cidúlio Capoz

Petrobras adaptou postos para contratar pessoas com deficiência: texto de Mário Couto (no alto) está pronto para ser votado

Ana Amélia adverte sobre déficit da balança comercial

Ana Amélia (PP-RS) defendeu as empresas nacionais, lamentando o resultado da balança comercial deste ano, que está negativo em US\$ 4,7 bilhões. Ela ressaltou que, importando mais do que exporta, o Brasil ajuda a criar empregos em outros países.

— Estamos aumentando o desequilíbrio comercial. E isso é perigoso para a economia brasileira — alertou.

A senadora disse que cereais, adubos, fertilizantes e combustíveis estão entre os produtos mais importados. Ela acrescentou que a balança só não é pior por conta do agronegócio, cobrou mais recursos para o setor pecuário e observou que não é contra os importados, mas contra a concorrência predatória.

Taques: após chuva, estradas de MT estão intransitáveis

Pedro Taques (PDT-MT) informou que várias estradas de Mato Grosso ficaram intransitáveis depois das fortes chuvas das últimas semanas. Ele leu mensagens de moradores do estado que reclamam dos prejuízos e dos transtornos.

— As estradas, aquelas que já eram precárias, ficaram intransitáveis, intransponíveis. Mato Grosso, pobre estado rico — disse Taques.

Segundo o senador, algumas cidades do estado enfrentam falta de medicamentos, água, alimentos e gás de cozinha, pois as estradas de acesso estão destruídas. Ele disse que os caminhos têm buracos e atoleiros e que em parte deles são encontrados caminhões tombados e pontes em péssimas condições.



Pedro Franco/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

PSB também condena articulações contra Gurgel

Rodrigo Rollemberg (DF), líder do PSB, também criticou a possibilidade de um movimento contra o procurador-geral. Rollemberg garantiu que qualquer pedido de impeachment contra Gurgel será rejeitado pelos senadores do PSB e classificou as ações como “uma insensatez altamente inapropriada”.

— O Ministério Público precisa cumprir seu papel de fiscalizador — afirmou.

Rollemberg disse que o PSB não deve antecipar o debate eleitoral do ano que vem, quando poderá lançar a candidatura do atual governador de Pernambuco, Eduardo Campos, à Presidência da República.

Ele teve o apoio de Ana Amélia (PP-RS), para quem a antecipação do debate sucessório não contribui para a governabilidade e a segurança do país neste momento.

Anibal celebra conquistas das gestões do PT na Presidência

Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou os dez anos da gestão do PT à frente do governo federal. Para ele, os indicadores socioeconômicos mostram que o Brasil “mudou substancialmente para melhor”, com os dois mandatos

de Lula e a continuidade do projeto pela presidente Dilma Rousseff.

O senador condenou críticas da oposição e da imprensa à gestão da Petrobras. Ele afirmou que a estatal apresentou

“desempenho extraordinário” nos últimos dez anos, com aumento das reservas e da produção, tanto de óleo quanto de gás.

Anibal disse que a década petista na Presidência da República proporcionou diminuição

acentuada do desemprego e aumento da renda como um todo.

— Essa substancial ampliação do emprego e dos rendimentos do trabalho provocou uma revolução na estrutura social do Brasil — avaliou.



Pedro Franco/Agência Senado